



A disputa historiográfica pela redefinição de uma memória sobre a Guerra Fria: reflexões críticas sobre as correntes Ortodoxa e Pós-Revisionista.

The historiographical dispute over the redefinition of a memory about the Cold War: critical reflections on the Orthodox and Post-Revisionist currents.

Flávio Alves Combat¹

RESUMO: O objetivo central do artigo é revisitar o debate historiográfico sobre a Guerra Fria, com foco nas teses ortodoxas e, especialmente, pós-revisionistas. Pretende-se, assim, comprovar a hipótese de que o pós-revisionismo retomou e aprofundou as teses centrais da ortodoxia, convertendo-se numa corrente historiográfica essencialmente limitada à interpretação ortodoxa sobre aquele conflito. Inicialmente, o texto apresenta uma síntese da historiografia ortodoxa sobre a Guerra Fria, analisando as suas duas vertentes: a interpretação derivada do pensamento de George Frost Kennan, responsável pela Doutrina de Contenção do Comunismo; e a interpretação dos ortodoxos “rebeldes”, que se distanciaram de Kennan ao defenderem uma política externa belicista, na qual estava radicada a Doutrina Truman. Na segunda seção, o artigo analisa criticamente a historiografia pós-revisionista, sobretudo a partir da obra do historiador John Lewis Gaddis, e estabelece comparações com o debate historiográfico progressivo.

Palavras-chave: Guerra Fria; historiografia; ortodoxia; pós-revisionismo.

ABSTRACT: The central objective of the article is to revisit the historiographical debate on the Cold War, focusing on the orthodox and especially post-revisionist theses. The aim is to prove the hypothesis that post-revisionism has resumed and deepened the central theses of orthodoxy, becoming a historiographical current essentially limited to the orthodox interpretation of that conflict. Initially, the text presents a synthesis of the orthodox historiography of the Cold War, analyzing its two strands: the interpretation derived from the thought of George Frost Kennan, responsible for the Doctrine of Containment; and the interpretation of the "rebel" orthodox approach, who distanced itself from Kennan by advocating a warmongering foreign policy, in which the Truman Doctrine was rooted. In the second section, the article critically analyzes post-revisionist historiography, especially from the work of historian John Lewis Gaddis, and draws comparisons with the previous historiographical debate.

Keywords: Cold War; historiography; orthodoxy; post-revisionism.

¹ Professor Adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: facombat@gmail.com



Introdução

O fim da Segunda Guerra Mundial foi marcado por grandes incertezas sobre o reordenamento internacional. Os países europeus, até então protagonistas da política mundial, saíram de cena na medida em que as condições do pós-guerra tornavam insustentáveis, do ponto de vista político e econômico, a manutenção da arquitetura internacional de poder que vigorara até as primeiras décadas do século XX. A União Soviética dava sinais de que não compactuaria com uma nova ordem mundial centrada no poder norte-americano. A Alemanha, principal preocupação durante a Guerra, continuava um grande desafio mesmo após a derrota do *Terceiro Reich*. Na Ásia, o avanço dos comunistas na China deslocava a região para a esfera de influência soviética. Portanto, as incertezas do pós-guerra eram grandes desafios para os Estados Unidos e para o papel que eles desejavam exercer internacionalmente.

A interpretação desses desafios, da perspectiva da historiografia norte-americana, ganhou uma nova dimensão após a Segunda Guerra Mundial, num contexto em que se tornava evidente a incompatibilidade entre a visão norte-americana e a visão soviética sobre o reordenamento mundial do poder.

No longo debate historiográfico dedicado à Guerra Fria, três correntes conquistaram destaque, ao propor uma nova forma de interpretação para o conflito, para as suas origens e para os seus desdobramentos. Uma intensa disputa pela redefinição de uma memória sobre a Guerra Fria foi travada pelas correntes historiográficas Ortodoxa, Revisionista e Pós-Revisionista.

O objetivo central do artigo é revisitar o debate historiográfico sobre a Guerra Fria, com foco nas teses ortodoxas e, especialmente, pós-revisionistas. Pretende-se, assim, comprovar a hipótese de que o pós-revisionismo retomou e aprofundou as teses centrais da ortodoxia, convertendo-se numa corrente essencialmente limitada à interpretação ortodoxa sobre aquele conflito.

Estruturalmente, o artigo divide-se em duas seções, além da Introdução e Conclusão. Na primeira, apresenta-se uma síntese do debate ortodoxo, com base na sua acepção originalmente desenvolvida por George Frost Kennan e na vertente ortodoxa “rebelde” (baseada nas ideias propostas por William Hardy McNeill, Herbert Feis e Arthur Schlesinger Jr.). Na segunda seção, apresenta-se o debate pós-revisionista, sobretudo a partir das ideias de John Lewis Gaddis, sustentando-se a hipótese central da pesquisa.

1. O debate historiográfico ortodoxo sobre a Guerra Fria



A ortodoxia norte-americana foi a primeira corrente historiográfica a analisar e interpretar as relações entre Estados Unidos e União Soviética após a Segunda Guerra Mundial, na tentativa de oferecer respostas sobre a origem e o desdobramento do conflito, que foram essenciais para definir a política externa conduzida por Washington nas décadas seguintes.

A presente seção é dedicada à análise da interpretação do diplomata George Frost Kennan sobre a Guerra Fria. Pretende-se, assim, apresentar as teses seminais da corrente ortodoxa desenvolvidas por Kennan e o peso de sua análise para a política externa dos EUA durante a Guerra Fria. Do ponto de vista geral do artigo, a seção é importante porque lança as bases do debate historiográfico travado com as correntes que sucederam a ortodoxia, que remetem, em graus diferenciados, às ideias originalmente propostas por Kennan.

Na sequência, apresento uma vertente da historiografia ortodoxa, com base na análise das ideias de William Hardy McNeill, Herbert Feis e Arthur Schlesinger Jr.. O objetivo é demonstrar como as ideias seminais de Kennan foram incorporadas e modificadas pela tradição historiográfica ortodoxa que o sucedeu, convertendo-se, nesse sentido, numa tradição “rebelde”, que se afastou em grande medida das propostas originalmente defendidas pelo diplomata.

Em 1946, declarações feitas por Stalin de que a União Soviética planejava uma reestruturação econômica e militar acirraram o clima já comumente tenso no meio político dos Estados Unidos. Diante da resistência de Moscou em cooperar com a constituição do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o Departamento do Tesouro solicitou ao Departamento de Estado explicações sobre as intenções soviéticas. O responsável por reportar a Washington a dimensão dos projetos soviéticos foi George Frost Kennan, diplomata encarregado de representar os Estados Unidos na embaixada norte-americana em Moscou.

Especialista na política externa entre Estados Unidos e União Soviética, Kennan preparou um célebre documento em que relatava detalhadamente os planos soviéticos e expunha os fundamentos da política de dissuasão permanente dos ideais comunistas que vigorou durante a Guerra Fria. Transmitido ao Departamento de Estado através do telégrafo em 22 de fevereiro de 1946, o documento ficou conhecido como o “Longo Telegrama”.

Diante da complexidade para responder ao questionamento de Washington sobre as intenções soviéticas, Kennan argumentou que o projeto soviético após 1945 era de longa duração. O perigo imediato para os Estados Unidos e para os países em sua zona de influência não era, nesse sentido, o Exército Vermelho, mas a atração ideológica exercida por Moscou. Convencido de que as intenções



conciliatórias do governo Roosevelt em relação aos soviéticos eram, na melhor hipótese, inocentes, Kennan aconselhou que a política externa norte-americana direcionada à União Soviética no pós-Segunda Guerra não deveria ser baseada na tentativa de aproximação, tampouco no confronto bélico direto (KENNAN, 1946, p. 3).

Embora reconhecesse que, para a União Soviética, não era possível uma coexistência pacífica com os países capitalistas no longo prazo, Kennan recomendava enfaticamente uma “abordagem calma e de longa duração” em relação aos problemas que polarizavam norte-americanos e soviéticos. Para o diplomata, o temor de que os soviéticos viessem a dominar a Europa Ocidental e o Japão no imediato pós-Segunda Guerra era infundado, já que não havia interesse ou mesmo condições materiais objetivas para a União Soviética empreender uma ofensiva daquela magnitude.

Em seu telegrama ao Departamento de Estado, o diplomata destacou que, desde antes da Segunda Guerra Mundial, era clara para Stalin a oposição de interesses entre soviéticos e norte-americanos. O líder soviético acreditava ainda na incapacidade de reprodução, no longo prazo, das sociedades capitalistas, que sucumbiriam perante os seus conflitos internos. Nesse caráter conflituoso, enfatiza Kennan, Stalin enxergava, porém, um grande risco, pois acreditava que os conflitos internos do capitalismo levariam a dois possíveis tipos de guerra: guerras entre os países capitalistas ou “guerras de intervenção contra o mundo socialista” (KENNAN, 1946, p. 3). Considerando os custos de guerras entre os países capitalistas, então o segundo tipo de guerra seria o mais provável.

Em julho de 1947, após o detalhamento dos planos soviéticos ao governo norte-americano, Kennan, sob o codinome de “Mr. X”, publicou na revista *Foreign Affairs* um artigo intitulado *The Sources of Soviet Conduct*, no qual expunha publicamente os seus argumentos e ampliava a análise originalmente apresentada no Longo Telegrama. O artigo, que se tornou referência na corrente ortodoxa e um norte para a política externa dos Estados Unidos ao longo da Guerra Fria, detalhava a chamada “Doutrina de Contenção do Comunismo”.

Ao analisar a base das ideias soviéticas, Kennan argumentou que o principal “dogma” que influenciava o modo de pensar soviético era o marxismo. Não seria coincidência, de acordo com o diplomata, que exatamente na União Soviética o marxismo tivesse encontrado o terreno mais fértil para a sua difusão.

Não foi por acaso que o marxismo, que ficou latente por meio século na Europa Ocidental, alastrou-se pela primeira vez na Rússia. Só nesta terra que nunca tinha conhecido um vizinho amigável ou mesmo qualquer equilíbrio tolerante de poderes separados, interno ou internacional, poderia prosperar uma doutrina que via os conflitos econômicos da sociedade como insolúveis por meios pacíficos. Após o estabelecimento do regime bolchevique, o dogma marxista, tornado ainda mais truculento e intolerante por interpretação de Lênin,



tornou-se um veículo perfeito para a sensação de insegurança com que os bolcheviques, até mais do que governantes russos anteriores, estavam aflitos. Neste dogma, com o seu altruísmo básico de propósito, eles encontraram a justificativa para o seu medo instintivo do mundo exterior, para a ditadura sem a qual não saberiam governar, para as crueldades que eles não temem infligir, para o sacrifício que eles se sentem compelidos a demandar. (KENNAN, 1946, p. 3)

Após a vitória do Partido Bolchevique, o “dogma marxista” teria se tornado um meio ainda mais eficiente de propagar a sensação de insegurança que assolava os soviéticos. Em nome dessa insegurança, de acordo com Kennan, os soviéticos montaram um aparato militar sem precedentes para proteger a sua frágil sociedade, constantemente ameaçada por um mundo exterior postulado como um “demônio, hostil e ameaçador”, condenado a fracassar e a erodir por suas próprias contradições internas até que o crescente poder do socialismo inauguraria uma nova e melhor fase da história mundial.

A argumentação fortemente ideológica de Kennan, que identifica o marxismo como o fiador do *modus operandi* da União Soviética, apresentava, assim, as justificativas para os objetivos de Stalin após a Segunda Guerra. Segundo Kennan:

Essa tese [o marxismo] provê justificativa para o aumento do poder militar e policial do Estado Russo, para o isolamento da população russa do mundo exterior, e para a pressão fluida e constante para estender os limites do poder policial russo, que juntos constituem os objetivos naturais e instintivos mais prementes dos líderes russos. (KENNAN, 1946, p. 3)

A resistência soviética em “cooperar” com os norte-americanos era, portanto, apresentada por Kennan como uma necessidade de Stalin de apresentar o Ocidente como “o mal”, de modo a justificar a própria extensão de seu poder sobre os soviéticos (KENNAN, 1947, p. 8). A invasão da Rússia pelos norte-americanos e pelos Aliados em 1918-1920 e a recusa de Washington em estabelecer relações diplomáticas com Moscou até 1933 não eram, obviamente, mencionadas.

Tomando por base esse conjunto de premissas sobre a União Soviética, Kennan apresentou ao Departamento de Estado algumas diretrizes da política externa soviética no período. Dentre elas, o diplomata sublinhava o interesse da União Soviética de explorar todo tipo de rivalidade entre os países capitalistas para fomentar conflitos dentro do bloco liderado pelos Estados Unidos. Caso essas rivalidades culminassem em guerras, os soviéticos teriam aí a oportunidade para incentivar levantes revolucionários mundo afora. Ao mesmo tempo, Kennan chamava a atenção para a intenção de Stalin de explorar características específicas de sociedades democráticas contra os próprios países capitalistas, na medida em que a democracia abriria a possibilidade de pressionar os governos a favor dos interesses soviéticos. Kennan ressaltava ainda a importância, do ponto de vista da política externa



soviética, de se combater os chamados “falsos amigos do povo”, nomeadamente os líderes e partidos socialistas moderados e a Social Democracia (ou seja, a esquerda não comunista). Para o diplomata, Stalin via na esquerda moderada um risco de grande potencial, já que ela empregava o discurso socialista para defender interesses capitalistas.

Kennan contestou a validade da ideia de que as contradições do capitalismo seriam não solucionáveis e que levariam os países à guerra (tese que, segundo o autor, era uma premissa fundamental para o modo soviético de interpretar o mundo). O autor mencionava o alinhamento de países capitalistas e mesmo da própria União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial como exemplo histórico da possibilidade de cooperação diante de problemas em sociedades capitalistas (KENNAN, 1946, p. 2). Mesmo os conflitos entre Estados Unidos e Inglaterra (tomados pelo diplomata como exemplos de sociedades capitalistas avançadas) teriam provado que discordâncias pontuais não representavam conflitos insolúveis para o capitalismo. A fragilidade desse argumento comprovaria, segundo Kennan, que as ideias soviéticas propagandeadas após a Segunda Guerra “não estão baseadas em qualquer análise objetiva da situação além das fronteiras russas” (KENNAN, 1946, p.2), um indicativo forte de que essas ideias respondiam, na realidade, às necessidades da frágil estrutura política interna, que recorria à “demonização” do mundo exterior como instrumento para preservar e manter o seu próprio poder repressor dentro da União Soviética.

Kennan sustentou, portanto, que as ideias soviéticas sobre os países capitalistas eram um meio eficiente de propagar e consolidar uma permanente sensação de insegurança dentre o povo soviético, de modo a evitar comparações entre o modo de vida “arcaico” dos soviéticos e o modo de vida de “sociedades mais competentes, mais poderosas e mais organizadas” (KENNAN, 1946, p.3).

Kennan concluiu em seu telegrama que, considerando-se as necessidades de Stalin em justificar o seu poder e a “grande ignorância dos soviéticos em relação ao mundo exterior”, os norte-americanos tinham como desafio enfrentar:

(...) uma força política fanaticamente comprometida com a crença de que com os Estados Unidos não poderia existir nenhum *modus vivendi* permanente, que era desejável e necessário que a harmonia interna da nossa sociedade [a norte-americana] seja rompida, que nosso tradicional modo de vida seja destruído, que a autoridade internacional do nosso Estado seja quebrada, caso o poder soviético deseje se manter em segurança. (KENNAN, 1946, p. 7)

As considerações de Kennan retratavam ainda a magnitude dos recursos econômicos e militares sob o comando de Stalin, alertando Washington sobre a possibilidade de uma ampla ofensiva soviética em áreas essenciais aos interesses norte-americanos.



Essa força política possui poder de dispor completamente das energias de um dos maiores povos do mundo e dos recursos do mais rico território nacional do mundo, e é nascido e criado a partir de correntes profundas e poderosas do nacionalismo russo. Além disso, possui um elaborado e avançado aparato para o exercício da sua influência em outros países, um aparato de fascinante flexibilidade e versatilidade, administrado por pessoas cuja experiência e técnica em métodos não convencionais não possuem presumivelmente paralelo na história. (KENNAN, 1946, p. 7)

Ao contrário dos nazistas, argumentava Kennan, a União Soviética não tinha pressa para colocar os seus planos em curso. Os soviéticos deveriam, portanto, “ser contidos pela aplicação hábil e vigilante de contraforças numa série de pontos geográficos e políticos em constante mudança” (KENNAN, 1947, p. 5), com o propósito de explorar as contradições inerentes ao modelo soviético. Se os norte-americanos fossem pacientes e capazes de garantir a reprodução da prosperidade e do sucesso de sua forma de organização social, então o Marxismo cairia em descrédito e a “contenção” seria bem sucedida, sem “necessidade de recorrer a qualquer conflito militar” (KENNAN, 1947, p. 5).

As ideias de Kennan tiveram grande impacto nos Estados Unidos. “Contenção” transformou-se numa “palavra mágica” no meio político norte-americano. A projeção alcançada por essas ideias deve ser analisada levando-se em consideração o cenário político da época em que foram apresentadas a Washington.

Primeiramente, o momento em que Kennan apresentou as suas ideias não poderia ser mais propício: os planos soviéticos de reestruturação política e econômica e a crescente pressão exercida por Stalin sobre países importantes para os objetivos dos Estados Unidos (Turquia, Irã e Alemanha) atemorizavam os líderes norte-americanos e expunham a política externa do governo Truman a fortes críticas. Kennan forneceu uma explicação objetiva dos planos e métodos soviéticos, provendo o governo Truman com munição suficiente para se defender e para reverter o sentido das pressões políticas existentes.

As ideias de Kennan também eram atrativas porque desoneravam os Estados Unidos de qualquer responsabilidade sobre a escalada da tensão entre Washington e Moscou. Culpar os soviéticos era um meio sedutor de deslocar a atenção da opinião pública norte-americana dos equívocos cometidos pelo governo Truman.

Em terceiro, a “contenção” do poder soviético no longo prazo, ao invés de propostas meramente conciliatórias ou declaradamente belicistas, era um meio termo que se encaixava com precisão na visão do presidente Harry Truman e de seu Secretário de Estado, Dean Acheson, sobre os soviéticos – embora Acheson defenda-se para o grande público que a única linguagem entendida



pelos soviéticos era a força – atendendo simultaneamente as suas necessidades de reverter a crise política em curso nos Estados Unidos.

Cansado de lidar com a resistência de Stalin em adequar-se ao modelo de configuração internacional norte-americano e politicamente fragilizado pela patente inabilidade de Washington para utilizar sua superioridade bélica e econômica para “limpar a Europa da ameaça vermelha”, Truman abraçou a Doutrina de Contenção do Comunismo de Kennan não apenas como um meio para limitar a influência soviética, mas como o plano mestre de seu governo e como um ideal para a unificação da comunidade internacional em torno de objetivos compartilhados.

As teses defendidas por Kennan foram mais longe, ao influenciar diretamente as interpretações da corrente ortodoxa norte-americana, que se apropriou das ideias do diplomata, por vezes subvertendo-as. O pensamento ortodoxo e as teses desenvolvidas por Kennan influenciaram, na realidade, a política externa norte-americana durante toda Guerra Fria. Nesse extenso debate entre ortodoxos, três autores alcançaram destaque, precisamente por se basearem nas teses seminais de Kennan, propondo, contudo, uma política externa belicista, que fundamentou a Doutrina Truman. Nesse sentido, podemos interpretar o pensamento de William H. McNeill, Herbert Feis e Arthur Schlesinger Jr. como um “herdeiro rebelde” do pensamento de Kennan.

William H. McNEILL (1970) sustentou que o fim da Segunda Guerra Mundial marcou a origem da Guerra Fria. De acordo com o autor, ao final da guerra contra a Alemanha, a União Soviética estava militarmente e economicamente mais bem posicionada do que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, precisamente por conta da natureza do poder soviético exercido sobre os países libertados no Leste Europeu. Assim, do ponto de vista ortodoxo, os acordos costurados pelo Kremlin no Leste Europeu ao final da Segunda Guerra concederam aos soviéticos vantagens econômicas e políticas únicas (reparações de guerras, anexação de territórios e a consolidação de regimes alinhados com Moscou), não compartilhadas com os Aliados ocidentais. Diante dessa interpretação, a ortodoxia defendeu que, após 1945, a União Soviética tinha condições políticas e econômicas objetivas de expandir o seu poder sobre a Europa, uma tese que destoa claramente do defendido por Kennan.

Herbert FEIS (1957 e 1960), por sua vez, argumentou que a grande aliança entre os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética, que vigorou durante a Segunda Guerra Mundial, foi destruída exatamente pelas políticas conduzidas por Moscou, que violavam, segundo Feis, os acordos firmados em Ialta e em Potsdam. Segundo essa perspectiva, a União Soviética foi a responsável pelo início da Guerra Fria porque violou a autodeterminação dos povos do Leste Europeu, impôs regimes comunistas nos países na zona de influência soviética, reprimiu as dissidências políticas na sua zona



de ocupação na Alemanha e impôs a subserviência econômica a todos os países que caíram no controle de Moscou. Portanto, para Feis, diante do desrespeito soviético ao acordado durante a Segunda Guerra Mundial, não restou aos Estados Unidos alternativa, senão a condução de uma política de contenção do expansionismo soviético, de modo a defender os aliados norte-americanos na Europa.

Arthur SCHLESINGER Jr. (1967) centrou a sua interpretação no embate o “universalismo” defendido pelos Estados Unidos e a “esfera de influência” almejada pela União Soviética. Segundo Schlesinger, dentro da visão “universalista”, segundo a qual “todas as nações compartilham um interesse comum em todas as questões do mundo”, a “segurança nacional seria garantida por uma organização internacional”. A política externa dos Estados Unidos após a Segunda Guerra teria sido balizada precisamente pelo objetivo de consolidar uma ordem baseada em interesses compartilhados, comprometida com a autodeterminação dos povos. Por outro lado, em oposição à visão “universalista” sobre a ordem mundial, existira, segundo Schlesinger, uma visão baseada nas “esferas de influência”. Nessa visão, “cada grande potência teria reconhecido pelas demais o seu predomínio sobre a sua própria área de interesse especial” (SCHLESINGER, 1967, p. 27). Essa visão teria orientado a política externa conduzida pela União Soviética.

Assim, na interpretação ortodoxa concebida por Schlesinger, há uma continuidade entre o expansionismo russo do século XIX, as ideias comunistas de 1848 e a política conduzida pelos soviéticos após a Segunda Guerra Mundial por meio da defesa das “esferas de influência”. A origem da Guerra Fria residiria, portanto, no embate entre o direito de liberdade e de autodeterminação dos povos sustentado pelos Estados Unidos e o totalitarismo comunista liderado pela União Soviética.

2. O debate historiográfico Pós-Revisionista sobre a Guerra Fria

Nas décadas de 1970 e 1980, consolidou-se nos Estados Unidos uma nova corrente historiográfica, autodenominada “pós-revisionismo”, com a proposta central de dar por superada a fase revisionista de estudos sobre a Guerra Fria². O principal representante dessa corrente é o historiador norte-americano John Lewis Gaddis.

O principal objetivo desta seção é analisar as teses centrais do pós-revisionismo sobre a Guerra Fria, comparando-as, ao mesmo tempo, com as teses ortodoxas e revisionistas. Procura-se

² Uma introdução ao debate historiográfico revisionista pode ser encontrada em MUNHOZ, *Guerra Fria: um debate interpretativo* (2004).



elucidar o “fio condutor” da interpretação proposta por Gaddis, demonstrando as continuidades e as rupturas do pensamento pós-revisionista em relação ao debate historiográfico precedente. A seção também explora um conjunto de críticas às teses pós-revisionistas, apontando as suas limitações e demonstrando em quais aspectos elas remontam à visão ortodoxa sobre a Guerra Fria.

2.1 John Lewis Gaddis e a “superação” do Revisionismo.

Em *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*, publicado em 1972 e considerado o precursor da abordagem pós-revisionista, John Lewis Gaddis defendeu que os Estados Unidos ou a União Soviética não poderiam ser responsabilizados individualmente pelo início da Guerra Fria. Gaddis desenvolveu uma crítica ao trabalho dos autores revisionistas (em particular, às ideias de William Appleman Williams), que teriam falhado na tentativa de entender o papel da política soviética, após 1945, para o início da Guerra Fria. Gaddis contestou a tese revisionista de que o expansionismo norte-americano, desde o século XIX, seria o principal responsável pelas tensões que contribuíram para a Guerra Fria e criticou a hipótese de que a política soviética do pós-guerra era defensiva, argumentando que Stalin possuía condições e desejava expandir a influência da União Soviética sobre a Europa Ocidental (embora tenha concluído que a ocupação dos países europeus ocidentais não fosse, imediatamente após a Segunda Guerra, interessante para Moscou).

Gaddis reconheceu, em seus escritos iniciais, que após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos se tornaram uma “nação imperial” (GADDIS, 1972, p. 353). Todavia, essa transformação não teria sido motivada por imposições do sistema capitalista ou pelo receio de uma nova depressão. Os Estados Unidos teriam se tornado os “protetores do mundo ocidental” contra o expansionismo soviético, assumindo, por decorrência, uma postura imperialista, a pedido das nações que se sentiam ameaçadas pela União Soviética após a Segunda Guerra³. Assim, mesmo que após 1945 a União Soviética não desejasse e não pudesse expandir o seu poder por todo o mundo (uma ideia originalmente defendida por Gaddis, tendo sido posteriormente abandonada), o autoritarismo e a atração ideológica exercidos por Moscou ameaçavam a Europa e a Ásia, justificando a ação dos Estados Unidos.

³ Essa ideia corresponde exatamente à concepção de “empire by invitation” desenvolvida por Geir Lundestad (1986), que emprega o mesmo termo que Gaddis para designar a ideia de um “império consensual” e define a natureza da liderança norte-americana no pós-guerra da mesma forma que o “pai” do pós-revisionismo.



As mudanças de posicionamento de Gaddis sobre as suas próprias ideias é uma marca de sua obra. Em seus escritos iniciais⁴, o autor defendia que o sistema bipolar estabelecido após a Segunda Guerra conduziu o mundo, quase que inevitavelmente, à Guerra Fria, de modo que a tentativa dos ortodoxos e dos revisionistas de identificar um culpado pelo conflito era improfícua. Assim, a origem da Guerra Fria era explicada por Gaddis como o resultado da combinação entre o vácuo de poder no velho continente (que impedia um equilíbrio de poder mais favorável aos europeus) e os interesses conflitantes de norte-americanos e soviéticos nos assuntos que se referiam à Europa após 1945 (GADDIS, 1972, p. 45-47).

Gaddis abandonou, em obras posteriores, sua explicação original sobre a origem da Guerra Fria⁵. Segundo o autor, soviéticos e norte-americanos possuíam diferentes objetivos ao final da Segunda Guerra Mundial. Os soviéticos desejavam expandir a sua zona de influência sobre o Leste Europeu, numa primeira fase, e sobre a Europa Ocidental numa etapa posterior. Os norte-americanos, em contrapartida, estariam interessados no contexto geral da política mundial, sobretudo na defesa da segurança e da paz internacionais. Os interesses norte-americanos e soviéticos tornaram-se incompatíveis na medida em que o desejo soviético de expandir a sua zona de influência foi traduzido por um expansionismo em potencial da União Soviética sobre todo continente europeu, o que, à visão de Gaddis, era uma etapa intermediária para a difusão mundial do poder soviético (GADDIS, 1997, p. 35-42). Face às condições que impediam que a Europa se defendesse contra o expansionismo soviético, antigas alianças transatlânticas foram, segundo Gaddis, reestruturadas e, a pedido das nações europeias, os Estados Unidos assumiram a função de guardiões do continente europeu. Gaddis concluiu que a União Soviética foi a responsável pelo início e pela reprodução da Guerra Fria, ao passo que aos Estados Unidos coube o fardo de defender as nações capitalistas da Europa Ocidental da expansão do comunismo.

Face ao objetivo de construir uma síntese da historiografia sobre a Guerra Fria, Gaddis se propôs, em suas primeiras obras, a adotar uma posição de neutralidade e imparcialidade em relação ao seu objeto de estudo, passando então à análise das teses ortodoxas e revisionistas. Entretanto, a suposta imparcialidade foi, como se pretende comprovar, abandonada a favor de uma perspectiva pró-

⁴ Ver: GADDIS, J. Lewis. *The United States and the Origins of the Cold War, 1941–1947* (1972); *Russia, the Soviet Union, and the United States: An Interpretive History* (1978).

⁵ Ver: GADDIS, J. L. *We Now Know: Rethinking Cold War History* (1997) e *The United States and the End of the Cold War: Reconsideration, Implications, Provocations* (1992).



ocidental e de interpretações muito semelhantes às teses da ortodoxia norte-americana⁶ (STEPHANSON, 1994, p. 35).

Gaddis recorreu a uma definição atribuída ao historiador J. Samuel Walker para explicar o pós-revisionismo – que, segundo o autor, também era chamado de “neo-ortodoxia” e de “ecletismo” – como “um novo consenso que se baseia tanto na interpretação tradicionalista [ortodoxa] quanto na interpretação revisionista para apresentar uma explicação mais balanceada sobre o começo da Guerra Fria” (WALKER, 1981, p. 207 *apud* GADDIS, 1983, p. 172).

Gaddis se propôs, então, a refutar as teses centrais do revisionismo, introduzindo, assim, a sua própria interpretação sobre a origem da Guerra Fria. De acordo com o autor, quatro teses são primordiais dentro do pensamento revisionista, diferenciando-o substancialmente da abordagem ortodoxa:

(i) Gaddis sustentou que, para o revisionismo, a política externa conduzida por Washington após a Segunda Guerra Mundial recorria à expansão mundial do poder dos Estados Unidos para assegurar a reprodução do capitalismo norte-americano, que dependia de mercados e de oportunidades de investimento mundo afora.

(ii) Na interpretação de Gaddis, os revisionistas acreditavam que a motivação interna para a expansão do “império americano” (mencionada anteriormente) implicava a impossibilidade dos Estados Unidos acomodarem os interesses de segurança da União Soviética, o que teria levado ao fim da cooperação entre norte-americanos e soviéticos que perdurou durante a Segunda Guerra Mundial.

(iii) Na interpretação revisionista, segundo Gaddis, os Estados Unidos impuseram o seu império coercitivamente, atando outros países aos interesses norte-americanos por meio de alianças militares e dependência econômica, e combatendo a oposição ao seu poder por meio de intimidação, de operações secretas e de outros métodos escusos.

(iv) Gaddis concluiu que, na interpretação sustentada pela corrente revisionista, a expansão do poder dos Estados Unidos ocorreu contra a vontade do povo norte-americano, que teria sido manipulado para aceitar a política imperial conduzida por Washington através da propagação do mito de que o comunismo ameaçava a sobrevivência dos Estados Unidos.

A própria delimitação das quatro teses que Gaddis identifica como a base do pensamento revisionista já aponta para um conjunto de imprecisões sobre a interpretação daquela corrente a respeito da Guerra Fria. Analisarei pontualmente as refutações de Gaddis a cada uma das quatro teses

⁶ Uma detalhada análise dessa questão também pode ser encontrada em CUMINGS, Bruce. Revising post-revisionism or the poverty of theory in diplomatic history. In: HOGAN, Michael. *America in the World*, 1995, op. Cit., p. 20-62. Segundo Cumings, Gaddis nunca foi pós-revisionista, mas antirrevisionista.



supostamente revisionistas elencadas anteriormente, que, na prática, remetem à própria interpretação pós-revisionista sobre a origem da Guerra Fria. Apresentarei, oportunamente, em que medida as teses que Gaddis atribuiu ao revisionismo se distanciam das ideias defendidas, de fato, por essa corrente.

De acordo com Gaddis, estudos pós-revisionistas, conduzidos com base na pesquisa de novas fontes, identificaram uma série de problemas com a tese supostamente revisionista que identifica nas necessidades do capital norte-americano as razões para a expansão do poder do “império americano” após a Segunda Guerra Mundial.

Cabe, desde já, destacar dois problemas com a primeira tese atribuída por Gaddis ao revisionismo. A interpretação revisionista, de fato, confere uma ênfase especial à análise dos objetivos econômicos que norteavam a política externa conduzida pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Todavia, não há, no pensamento revisionista, o reducionismo economicista sugerido por Gaddis. Ao contrário, os trabalhos revisionistas partem de uma crítica aos reducionismos empregados pela ortodoxia na explicação da origem da Guerra Fria, destacando, alternativamente, o conjunto de motivações políticas, estratégicas, militares, geopolíticas e, com maior ênfase, econômicas que balizavam as decisões de Washington. Além disso, em clara dissonância com a ortodoxia e com o pós-revisionismo, os autores revisionistas não identificavam no fim da Segunda Guerra Mundial o começo das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética (e, antes dela, a Rússia) que ajudam a explicar a origem da Guerra Fria. Nesse sentido, William Appleman Williams (o principal autor do revisionismo) remontou às tensões geradas pela expansão do capital norte-americano no século XIX para explicar a origem dos conflitos que se consolidaram na primeira metade do século XX e que estão na base da Guerra Fria⁷.

Gaddis afirmou que, tomando por base o testemunho dos próprios *policymakers* envolvidos na política externa norte-americana do pós-guerra, “há pouca evidência de que eles viam uma crise do capitalismo como a questão mais urgente encarada pelo país ao final da Segunda Guerra Mundial” (GADDIS, 1983, p. 173). Havia, reconhece Gaddis, preocupação com a depressão econômica do pós-guerra na Europa e sobre a forma como a conjuntura econômica mundial poderia afetar a economia dos Estados Unidos, mas esse seria tão somente um aspecto do que passou a ser chamado, a partir de então, de “segurança nacional”. Antes mesmo do fim da Segunda Guerra e da consolidação do poder soviético, a Casa Branca já estaria mais preocupada com o contexto amplo da política internacional e com os riscos de futuras ameaças externas à ordem interna dos Estados Unidos do que com os imperativos econômicos para a reprodução do capitalismo norte-americano. Mais precisamente,

⁷ Ver: WILLIAMS, W.A. *The tagedy of American Diplomacy* (1988).



propõe Gaddis, o foco das preocupações de Washington, antes e depois de 1945, recaía sobre os potenciais riscos ao balanço mundial de poder e sobre o impacto dos novos desenvolvimentos tecnológicos na esfera militar para a ordem mundial, que colocavam em risco a própria segurança nacional norte-americana (GADDIS, 1982, p. 237).

A primeira objeção de Gaddis à suposta tese defendida pelo revisionismo é, ela mesmo, passível de algumas críticas. A mais direta delas decorre da presunção de Gaddis ao tomar o testemunho dos *policymakers* de Washington como referência para contestar a tese de que imperativos econômicos balizavam a política externa norte-americana no pós-guerra. Não obstante a relevância de tais testemunhos, trata-se aqui de defender o emprego do ponto de vista dos autores ortodoxos – muitos deles *policymakers* à serviço da Casa Branca – para justificar uma interpretação sobre a Guerra Fria originalmente desenvolvida pela própria ortodoxia. Estranho seria se os mencionados testemunhos dos *policymakers* desmentissem as teses da ortodoxia, reafirmadas pelo pós-revisionismo, sobre as razões que sustentavam a política externa conduzida por Washington no período em questão.

Cabe ainda questionar a relação estabelecida entre a política externa dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e a mencionada “segurança nacional”. Afinal, se os Estados Unidos estavam, como propõe Gaddis, centralmente preocupados com a manutenção da segurança da nação norte-americana, que razões justificariam a expansão mundial (para além dos limites nacionais) do poder dos Estados Unidos? Para responder essa pergunta, ou se admite que a concepção de “segurança nacional” dos Estados Unidos não se circunscrevia à nação estadunidense, expandindo, portanto, para todo o mundo o espaço do interesse nacional norte-americano, ou se supõe a existência de uma ameaça internacional suficientemente forte, no pós-guerra, para colocar em risco a segurança nacional dos Estados Unidos. Gaddis, porém, não remete a essas questões, porque, obviamente, se reconhecesse que a manutenção da “segurança nacional” dos Estados Unidos, após 1945, dependia da disseminação mundial do poder norte-americano, teria que reconhecer igualmente que a expansão desse poder, por outro lado, ameaçava necessariamente a “segurança nacional” de outros países, exatamente por não reconhecer limites à própria esfera nacional. A segunda parte da objeção (o pressuposto de uma potência que ameaçasse a segurança norte-americana) não é igualmente tratada por Gaddis nesse estágio de sua análise, mas, em diversos outros momentos, há a clara menção ao risco imposto pela União Soviética após a Segunda Guerra⁸.

⁸ Uma análise muito bem elaborada sobre a noção de segurança nacional dos Estados Unidos pode ser encontrada em LEFFLER, Melvyn. *A preponderance of power*, 1993. Leffler argumenta que, após a Segunda Guerra Mundial, a



Ainda com relação à primeira tese atribuída aos revisionistas, Gaddis sustentou que a política externa conduzida pelos Estados Unidos no pós-guerra em pouco contribuiu para a economia norte-americana. A principal razão, segundo o autor, era o “multilateralismo” que guiava a política econômica defendida pelos Estados Unidos. Esse multilateralismo implicava, dentre outras coisas, a preservação dos blocos econômicos regionais. Gaddis argumentou ainda que o princípio multilateralista não era contrário à organização socialista da economia, de modo que, na prática, os Estados Unidos não teriam se esforçado para expurgar o socialismo da sua esfera de influência.

A segunda parte da objeção de Gaddis à primeira tese atribuída ao revisionismo é igualmente suscetível a amplos questionamentos. A literatura sobre a política externa norte-americana corrobora os benefícios políticos e econômicos para os Estados Unidos da nova ordem internacional consolidada após 1945. O Plano Marshall, a exemplo, deve ser analisado à luz dos interesses econômicos norte-americanos, revelando que antes de qualquer objetivo relacionado à reconstrução da economia europeia estavam os interesses econômicos norte-americanos. As condições, em si, impostas aos países auxiliados dentro do Plano Marshall e as diretrizes do Acordo de Bretton Woods (a abertura comercial, o livre acesso do capital norte-americano aos mercados mundiais, o acesso dos Estados Unidos às informações e à contabilidade nacional dos países envolvidos, o fim dos privilégios das antigas potências imperialistas, a conversibilidade do dólar em ouro, só para citar os principais) deixavam muito clara a preponderância dos interesses dos Estados Unidos na política econômica internacional conduzida no pós-guerra.

Portanto, o “multilateralismo” identificado por Gaddis como um princípio norteador da política conduzida por Washington era, naquele contexto, uma das faces da Doutrina de Contenção do Comunismo, que preconizava o engajamento direto das forças políticas europeias na nova ordem liderada pelos Estados Unidos como forma de limitar a disseminação da influência soviética. Há ainda que se questionar o argumento pós-revisionista de que o “multilateralismo” defendido pelos Estados Unidos implicava a preservação dos blocos econômicos regionais, tendo em vista a inexistência de tais blocos na Europa em 1945. Poder-se-ia argumentar, em contraposição, que o Plano Marshall definiu um bloco econômico na Europa em 1948. Porém, é fundamental destacar a falácia do “multilateralismo” evocado por Gaddis mesmo se considerarmos a formação de um bloco econômico europeu a partir de 1948, pois a relação entre os Estados Unidos e os países europeus auxiliados pelo Plano Marshall foi pautada por uma série de ambiguidades, já que o mencionado bloco econômico

segurança nacional norte-americana tornou-se tão ampla que passou a ser vista como uma ameaça aos interesses de outros atores na esfera internacional.



respondia prioritariamente aos interesses da Casa Branca e dos capitalistas norte-americanos. Por fim, o argumento de que o “multilateralismo” não era contrário ao socialismo na esfera de influência dos Estados Unidos é incompatível com a própria concepção da Doutrina de Contenção do Comunismo, que reprimia, por diferentes meios, os movimentos e partidos socialistas que surgiam na Europa Ocidental e mesmo em outras regiões fora da Europa (a exemplo do esforço para conter o avanço do socialismo na China e o apoio às forças de oposição ao socialismo no Leste Europeu).

Gaddis concluiu a sua objeção à primeira tese atribuída aos revisionistas argumentado que os Estados Unidos relutavam em empregar o vasto diferencial de poder em relação ao resto mundo para impor os seus objetivos econômicos. Assim, após 1945, Washington teria empregado instrumentos econômicos limitados (sem explorar todo o poder econômico controlado pelos Estados Unidos) para alcançar objetivos políticos (mais precisamente, para redesenhar o balanço de poder mundial e garantir a segurança nacional norte-americana). Gaddis ressaltou que, na interpretação revisionista, essa relação causal é invertida, sustentando-se que instrumentos políticos eram usados para alcançar objetivos econômicos, o que igualaria o “império americano” ao modelo de imperialismo leninista seguido pela União Soviética.

Mais uma vez, a relação de causa e consequência que Gaddis associa à análise revisionista sobre os determinantes políticos e econômicos da política externa norte-americana é passível de questionamento. A ênfase do revisionismo nos interesses econômicos norte-americanos enraizados na política externa dos Estados Unidos após a Segunda Guerra abre, de fato, espaço para críticas que apontem uma eventual preponderância das razões econômicas em detrimento da análise de outros determinantes da política externa. Contudo, a relação entre os meios políticos e os fins econômicos não é sustentada pelo revisionismo como propõe Gaddis. Ao contrário: a despeito da ênfase dada aos aspectos econômicos, há, na interpretação revisionista, uma declarada preocupação em esclarecer a simultânea influência entre os interesses, de diferentes naturezas, envolvidos na política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, sem qualquer relação causal rígida entre o político e o econômico.

Concluídas as considerações sobre a primeira tese, Gaddis se debruçou sobre o segundo ponto supostamente defendido pelo revisionismo: a impossibilidade de acomodação dos interesses de segurança dos soviéticos face aos imperativos de expansão do capital norte-americano.

Gaddis afirmou que a tese revisionista de que, após a 1945, a União Soviética estava centralmente preocupada com a manutenção de sua segurança e disposta a cooperar com os Estados Unidos para alcançar esse objetivo era não apenas falaciosa, mas baseada “na fé, não em pesquisa”



(GADDIS, 1983, p. 175). O autor argumentou, nesse sentido, que os revisionistas simplesmente tomavam como pressuposto a disposição de Stalin de cooperar com os Estados Unidos, em oposição à intransigência norte-americana diante dos interesses de expansão econômica que, em tese, motivavam a política externa de Washington. Gaddis concluiu que uma série de novas fontes sobre o governo soviético no imediato pós-guerra revelava um conjunto de informações que permitiriam invalidar a segunda tese atribuída ao revisionismo. Assim, com base na pesquisa dessas fontes, Gaddis sustentou que:

Stalin em nenhum momento estava disposto a confiar a segurança soviética no pós-guerra a uma política de cooperação com o Oeste. Ao contrário, ele estava, desde o princípio, determinado a buscar a segurança por meios unilaterais. (GADDIS, 1983, p. 175)

A crítica de Gaddis à suposta disposição de Stalin em cooperar com os Estados Unidos vai além, ao considerar que, para o líder soviético, não estava claro, após 1945, os limites das necessidades de segurança da União Soviética.

Não satisfeito em impor mudanças de fronteiras à custa dos seus vizinhos ocidentais, [Stalin] também insistia em se cercar de Estados subservientes, não dando nenhuma indicação clara sobre aonde a sua política de construção de esferas de influência iria parar. (GADDIS, 1983, p. 175)

O expansionismo sem limites pré-definidos atribuído por Gaddis à política externa soviética do pós-guerra é uma expressão direta da reassunção de umas das teses fundamentais do pensamento ortodoxo, que enxergava no expansionismo descomedido de Moscou um risco à Europa e à estabilidade da nova ordem em consolidação no imediato pós-guerra (e, portanto, uma ameaça direta aos Estados Unidos, na condição de defensores dessa nova ordem).

Gaddis concluiu, então, que o “erro do Ocidente foi a sua passividade” diante do claro interesse de Stalin em expandir o controle soviético sobre todo Leste Europeu⁹ (GADDIS, 1983, p. 176). Para o pós-revisionismo, dada a ausência de limites à ambição expansionista soviética, os Estados Unidos deveriam ter coibido os interesses de Moscou antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial e, se “o Ocidente tivesse agido mais firmemente e mais cedo, a Guerra Fria não teria sido necessariamente mais intensa (...) [uma vez que] Stalin tendia a exibir razão e comedimento quando confrontado, irracionalidade e excesso quando agia livremente” (GADDIS, 1983, p. 176). Gaddis retomou, então, o centro da interpretação ortodoxa ao sustentar que:

⁹ Lundestad (1975) enfatizou o mesmo argumento em seu *American non-policy towards Eastern Europe*, p. 42.



(...) a causa fundamental da Guerra Fria foi a ambição doentia de Stalin, a sua determinação em buscar segurança de tal modo que restava pouca ou nenhuma segurança para os demais atores da arena internacional. Uma causa secundária foi o fracasso ocidental por não agir suficientemente cedo para barrar Stalin. (GADDIS, 1983, p. 176)

A ambição expansionista de Stalin descrita por Gaddis, contudo, vai de encontro à análise desenvolvida pelo revisionismo, que defendeu que as decisões tomadas pelo líder soviético na tentativa de chegar a um acordo com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha revelavam a disposição de Moscou em fazer concessões mesmo em regiões onde o movimento comunista ganhava força. Assim o foi, por exemplo, com a Itália, onde os comunistas, por ordem de Stalin, devolveram terras, fábricas e depuseram armas. Na Grécia, Stalin reconheceu a preponderância dos interesses britânicos e não impôs objeções aos bombardeios ordenados por Londres contra os comunistas gregos. Na França e em países da periferia mundial, o líder comunista também desencorajou movimentos revolucionários, sobretudo por acreditar que manifestações desse tipo poderiam ser vistas como uma afronta pelos Estados Unidos¹⁰.

A terceira tese atribuída por Gaddis aos revisionistas se refere à imposição coercitiva do “império americano” após a Segunda Guerra Mundial, por meio de alianças militares e de relações de dependência econômica. O revisionismo, de fato, analisou o lado coercitivo do poder norte-americano no pós-guerra, mas de forma alguma negou a natureza hegemônica da liderança exercida pelos Estados Unidos na nova ordem consolidada após 1945. Os autores revisionistas – em especial, LAFEBER (1993) – enfatizaram que coerção e hegemonia eram, na realidade, duas faces indissociáveis da política externa norte-americana na Guerra Fria e, se por um lado, os Estados Unidos exerciam ativamente o seu poder de convencimento ao defenderem os seus interesses (frequentemente traduzidos como os interesses da maioria pela preservação da liberdade e da democracia), por outro, não se acanhavam em empregar meios coercitivos quando o poder de convencimento se mostrava insuficiente.

Gaddis, de toda forma, advogou que a natureza do poder exercido pelos Estados Unidos na Guerra Fria era primordialmente consensual e, em grande medida, o “império americano” era bem vindo e até mesmo desejado pelos países sob a influência de Washington. As pesquisas pós-revisionistas dedicadas ao contexto da política doméstica dos países da Europa Ocidental, do

¹⁰ O historiador espanhol Fernando Claudín explorou essa temática em sua obra *The Communist Movement. From Comintern to Cominform*, de 1970. No livro, Claudín critica Stalin por abandonar os movimentos revolucionários comunistas em diversos países, na tentativa de firmar um acordo com Washington.



Mediterrâneo e do Oriente Médio¹¹ teriam comprovado, segundo Gaddis, “que a esfera de influência norte-americana surgiu muito mais a convite do que por imposição” (GADDIS, 1983, p. 177). O mesmo “convite” à influência dos Estados Unidos teria sido realizado pela Grã-Bretanha, onde, argumentou Gaddis, “a maior preocupação não era se os Estados Unidos seriam muito agressivos, mas se seriam muito passivos” (GADDIS, 1983, p. 177). O autor reconheceu que havia ingerência norte-americana nas questões políticas internas de outros países, mas isso seria exatamente o que os líderes desses países desejavam:

(...) a intervenção norte-americana contra a esquerda era preferível, de seu ponto de vista [dos líderes dos países em que os EUA intervinham], do que a intervenção soviética. (...) a influência norte-americana era bem-vinda pós a guerra como um contrapeso [à influência dos] russos.” (GADDIS, 1983, p. 177)

A natureza preponderantemente consensual do “império americano” no pós-guerra decorria, segundo Gaddis, de um ponto de vista compartilhado pelos Estados Unidos e pelos países que faziam o “convite” ao aumento da influência norte-americana em suas questões políticas internas: a percepção de que “a União Soviética era uma ameaça após a Segunda Guerra Mundial” (GADDIS, 1983, p. 177). O mesmo ponto de vista, vale ressaltar, evocado pela ortodoxia para justificar a política externa norte-americana do pós-guerra.

Considerando as conclusões de Gaddis, cumpre observar que o pressuposto pós-revisionista de que o poder norte-americano era exercido, após 1945, primordialmente de forma consensual é insustentável diante da natureza amplamente coercitiva da política externa conduzida contra o Japão, a Indochina, a Coreia do Sul, o Irã e a Guatemala, só para mencionar os exemplos mais emblemáticos da truculência das intervenções dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Mesmo na Europa Ocidental, onde os “convites” à influência norte-americana seriam mais claros por conta de uma suposta comunhão de interesses, a Casa Branca não se furtava de empregar o poder coercitivo ao seu dispor para reprimir movimentos comunistas ou para conter os interesses soviéticos na Alemanha.

Gaddis encerrou a sua extensa crítica ao revisionismo contestando a tese de que a expansão do poder dos Estados Unidos ocorreu contra a vontade do povo norte-americano, que teria sido manipulado, com base na ideologia do perigo representado pelo comunismo, para dar suporte à política externa conduzida pela Casa Branca.

¹¹ Gaddis menciona duas pesquisas pós-revisionistas que teriam comprovado a natureza consensual do “império americano”: LUNDESTAD, Geir. *America, Scandinavia and the Cold War* (1980); e KUNIHOLM, Bruce. *The origins of the Cold War in the Near East* (1994).



Não há, todavia, no debate historiográfico sobre a Guerra Fria, uma só indicação que comprove que o revisionismo defendia essa interpretação do modo como é apresentada por Gaddis. Ao contrário, há um grande esforço dentro da corrente revisionista pra elucidar as ligações entre a política externa conduzida pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria e os seus determinantes domésticos, dentre os quais o apoio ou a rejeição da população norte-americana e do Congresso às diferentes iniciativas tomadas no contexto da Doutrina de Contenção do Comunismo, nas diferentes fases da Guerra Fria. Gaddis, na realidade, associou a tese em questão ao revisionismo na tentativa de colocar em questionamento o próprio contexto histórico no qual as ideias revisionistas se consolidaram. Assim, do ponto de vista pós-revisionista, caberia mesmo indagar se os movimentos de contestação à política externa norte-americana que se adensaram na década de 1960 eram expressão legítima da vontade do povo norte-americano, ou, ao contrário, se expressavam o ponto de vista de uma minoria, não representativa da sociedade norte-americana, que não apoiava a política conduzida por Washington.

A argumentação sustentada por Gaddis se baseou ainda na crítica revisionista à propaganda conduzida pelo governo norte-americano durante a Guerra Fria, um dos elementos que certamente pesavam para o convencimento da população a respeito das políticas conduzidas no exterior. Contudo, não há, mais uma vez, dentro da literatura revisionista, evidências de que o povo norte-americano não apoiasse, em graus variados ao longo das diferentes fases da Guerra Fria, a política externa de Washington. O grande esforço empenhado pelo Estado em sua propaganda era, nesse sentido, essencial para o apoio social e político interno às políticas conduzidas mundo afora. Igualmente importante era o poder da cultura norte-americana, com uma visão muito particular da “great affluent society” e dos benefícios atrelados ao “American way of life”. Na perspectiva revisionista, a contestação, dentro e fora dos Estados Unidos, à política externa conduzida por Washington deveria ser analisada precisamente no contexto da correlação de forças entre os segmentos sociais envolvidos no jogo político, oscilando entre períodos de maior alinhamento e consenso e períodos de maior atrito e contestação.

Gaddis defendeu que, na corrente pós-revisionista, há dois posicionamentos complementares no que diz respeito à relação entre a expansão do poder norte-americano após a Segunda Guerra e o apoio da sociedade norte-americana a esse expansionismo. De um lado, alguns autores sustentaram que as lideranças políticas norte-americanas não precisavam empenhar grande esforço para convencer a opinião pública a apoiar a contenção do comunismo. As evidências históricas apontariam, na realidade, que a opinião pública e as lideranças políticas norte-americanas já estavam convencidas



sobre o risco representado pelas políticas soviéticas antes mesmo de Washington¹². Um segundo ponto de vista dentro da abordagem pós-revisionista sustentou, segundo Gaddis, que os *policymakers* de Washington realmente direcionavam a opinião pública segundo os seus interesses, sobretudo para garantir o financiamento dos elevados gastos com a política de contenção do comunismo.

Gaddis ressaltou ainda outras duas variações, dentro do pensamento revisionista, do argumento de que os *policymakers* de Washington manipulavam a opinião pública norte-americana. Um conjunto de autores revisionistas, por um lado, defenderia que “um complexo militar-industrial dominava a condução da política externa durante os primeiros anos da Guerra Fria” (GADDIS, 1983, p. 178). Gaddis reconheceu o aumento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para fins militares a partir do final da Segunda Guerra Mundial, mas advertiu que a “era da abundância orçamentária para os militares não veio até que a Guerra da Coreia legitimou as conclusões do NSC-68” (GADDIS, 1983, p. 179). Portanto, até o começo da década de 1950, os Estados Unidos teriam mantido um firme controle dos gastos com defesa, o que despertava, inclusive, críticas internas no Departamento de Estado à passividade de Washington.

Uma segunda variação da interpretação sobre a relação entre os *policymakers* e a opinião pública norte-americana se refere, de acordo com Gaddis, à origem do Macartismo. Gaddis atribuiu aos revisionistas a ideia de que o Macartismo seria o resultado de um grande esforço do governo Truman para remover do poder indivíduos desleais à Casa Branca e contrários à política de contenção do comunismo. O pós-revisionismo, ao contrário, sustentou que Truman e os seus assessores não poderiam ser responsabilizados pela ascensão do Macartismo, que teria decorrido, de fato, da “combinação da histeria alimentada pelas surpresas da Guerra Fria, em conjunto com os esforços de certos Republicanos muito bem posicionados [em referência ao senador Joseph McCarthy] para encontrar um meio de atacar os Democratas” (GADDIS, 1983, p. 179).

A tentativa de Gaddis de desonerar o governo Truman da responsabilidade pelo Macartismo não é, entretanto, sustentada pelas evidências históricas analisadas pelo pós-revisionismo. Uma robusta literatura sobre o tema apontou os benefícios para Washington da sensação de insegurança e de alerta permanentes disseminados pelo Macartismo, num contexto em que os gastos públicos para a expansão do poder militar norte-americano assustavam até os mais belicistas dos congressistas. O apoio interno à dispendiosa política externa norte-americana dependia, claramente, do convencimento

¹² A mesma ideia foi aprofundada em GADDIS, 1972, p. 282-315. Cabe notar que uma pesquisa da *Gallup Organization* apontou que Stalin (frequentemente chamado de “uncle Joe”) era muito popular ao final da Segunda Guerra Mundial, algo compreensível diante do esforço soviético para combater os nazistas. Para maiores detalhes, ver: *The Gallup Poll. Public Opinion, 1935-1971*. 3 vol. New York: Gallup Press, 1972.



de que os interesses e a segurança dos Estados Unidos estavam sob ameaça, não apenas em longínquas fronteiras, mas dentro da própria sociedade norte-americana.

2.2 A abertura dos arquivos soviéticos: o pós-revisionismo como expressão da ortodoxia.

Na década de 1990, Gaddis aprofundou a agenda de pesquisa pós-revisionista – convertendo-a, ainda mais objetivamente, numa corrente historiográfica herdeira da ortodoxia e antirrevisionista – com o lançamento de uma das principais obras do debate contemporâneo sobre a Guerra Fria: *We now know. Rethinking Cold War History*, publicado originalmente em 1997. O livro é considerado, em grande medida, uma resposta às questões que o próprio Gaddis definiu como a fronteira do debate historiográfico sobre a Guerra Fria na década de 1980.

No livro, Gaddis partiu da hipótese que a dissolução da União Soviética entre 1989 e 1991 e a publicação gradual de arquivos mantidos até então em sigilo abriu a possibilidade de uma síntese do debate historiográfico sobre a Guerra Fria, refutando ou confirmando, com base em evidências históricas, as teses propostas até então sobre a origem e as consequências do conflito.

Gaddis sugeriu que a razão para tantas discordâncias sobre as origens da Guerra Fria na historiografia anterior ao pós-revisionismo decorria de uma singularidade sobre o conflito: boa parte do debate sobre o período e das teses sobre a sua origem foi concebida no decurso a Guerra Fria, ao contrário do que teria ocorrido com a interpretação de outras guerras, geralmente analisadas após o seu fim.

Como resultado mais imediato da contemporaneidade dos historiadores que se dedicaram à análise da Guerra Fria em relação ao próprio conflito, Gaddis ressaltou a incapacidade de analisar em profundidade os dois principais lados em disputa. Assim, a atenção desproporcional dada à análise dos Estados Unidos e de seus aliados resultou em pouco esforço para entender a União Soviética e os países sob a sua influência. Igualmente relevante seria, na visão de Gaddis, a ênfase conferida à análise dos interesses em jogo na Guerra Fria (geralmente definidos em termos materiais, como objetivos econômicos ou políticos), em detrimento da análise das ideias que fundamentavam as decisões.

A “nova história” sobre a Guerra Fria, como designada Gaddis, embora herdeira do longo debate historiográfico que a antecedeu, estaria apta a superar os problemas enfrentados por aqueles que se dedicaram à história de seu tempo presente, precisamente pelo seu distanciamento histórico com relação ao objeto analisado e pelo acesso a fontes que permaneceram inéditas ao longo de



décadas por conta da ação de “Estados marxista-leninistas [que mantinham] a maior parte de sua história cuidadosamente escondida” (GADDIS, 1997, p. 282). O conhecimento em si sobre a forma como a Guerra Fria terminou também seria essencial para reformular a visão sobre o início e os desdobramentos do conflito.

Assim, baseado nos diferenciais de uma interpretação historiográfica supostamente superior, por contar com o distanciamento histórico e com o acesso a fontes inéditas, Gaddis apresentou algumas conclusões da interpretação pós-revisionista sobre a Guerra Fria, desenvolvidas após a dissolução da União Soviética. Elas representariam, segundo o autor, “o que nós sabemos *agora*, mas não sabíamos, ao menos não de forma tão clara, enquanto a Guerra Fria estava acontecendo” (GADDIS, 1997, p. 283, grifo do autor).

A primeira conclusão do pós-revisionismo é que “a diversificação do poder fez mais para moldar o curso da Guerra Fria do que o balanço de poder” (GADDIS, 1997, p. 283). Gaddis afirmou que, na “velha” história sobre a Guerra Fria (em menção ao revisionismo), um pressuposto central era que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema internacional transitou de uma ordem multipolar para uma ordem bipolar, controlada pelos Estados Unidos e pela União Soviética. O fim da Guerra Fria teria provado que a bipolaridade enfatizada pela historiografia desenvolvida durante a Guerra Fria estava assentada numa avaliação equivocada sobre a natureza do poder durante o período. Assim, enquanto os revisionistas analisavam o poder em “termos unidimensionais”, tomando como referência a capacidade militar de cada país, o pós-revisionismo teria se baseado numa análise “multidimensional” do poder, que leva em conta a dimensão econômica, ideológica, cultural e moral, além da militar, para entender, por exemplo, porque a União Soviética entrou em colapso no auge das suas capacidades militares. A mirabolante conclusão pós-revisionista, nesse caso, é que “armamentos constroem um impressionante exoesqueleto, mas uma concha por si só não garante a sobrevivência de nenhum animal e de nenhum Estado” (GADDIS, 1997, p. 284).

As limitações da análise sobre a ordem bipolar que Gaddis atribuiu ao revisionismo é, ela mesma, limitada. Uma significativa parte dos estudos revisionistas foi dedicada à compreensão dos diferentes aspectos (ou dimensões, se tomarmos a terminologia de Gaddis) do poder exercido pelos Estados Unidos e pela União Soviética durante a Guerra Fria. A ênfase revisionista na dimensão econômica do poder norte-americano já invalida o pressuposto de que a análise da ordem bipolar estava assentada preponderantemente na dimensão militar do poder, relegando as outras dimensões a um segundo plano. Deve-se ainda ressaltar que a bipolaridade mencionada pelos revisionistas, mas também pela ortodoxia e pelos próprios pós-revisionistas, buscava destacar o claro diferencial de



poder das duas potências em conflito na comparação com o resto do mundo, não circunscrevendo, entretanto, a análise sobre a natureza desse poder à esfera militar. Mesmo no pensamento ortodoxo, em que pese uma predileção pela perspectiva política e militar, há a consideração das outras dimensões do poder norte-americano após a Segunda Guerra Mundial.

A segunda conclusão extraída pela “nova história” da Guerra Fria é que “os Estados Unidos e a União Soviética construíram impérios após a Segunda Guerra Mundial, embora não do mesmo tipo” (GADDIS, 1997, p. 284). A preocupação de Gaddis em analisar a dimensão imperial do poder norte-americano na Guerra Fria, sublinhando a sua “excepcionalidade” em relação a todas as outras formas de império, é um ponto em comum a todas as suas obras. Gaddis ressaltou que os autores revisionistas, assim como os ortodoxos, reconheciam a existência de um império americano. A divergência entre as duas correntes residia no debate sobre o caráter intencional e planejado desse império (revisionismo) ou se teria sido um império ao acaso, uma resposta não planejada às circunstâncias e ameaças do pós-Segunda Guerra (ortodoxia). Para o pós-revisionismo, entretanto, o foco da discussão historiográfica progressista era inútil. A questão central seria a natureza distinta do poder exercido pelos Estados Unidos após 1945. Assim, em sua síntese pós-revisionista, Gaddis retomou mais uma vez a tese de que o império americano foi criado a convite dos países que, após a Segunda Guerra Mundial, se sentiam ameaçados pela União Soviética. O caráter consensual dessa relação de poder, supostamente derivada de interesses compartilhados, era precisamente a singularidade do império americano em relação a todas as outras formas de império na história.

A presença americana tinha uma forte base de apoio popular, confirmada repetidamente por eleições livres que mantinham no poder os governos que haviam convidado [os Estados Unidos]. A presença soviética nunca recebeu esse tipo de aceitação: é por essa razão, não há dúvidas, que eleições livres dentro da esfera de influência de Moscou deixaram de ser conduzidas. (GADDIS, 1997, p. 285)

Gaddis afirmou que novas evidências empíricas atestam que, por algum tempo, Stalin chegou a nutrir a esperança de que países do Leste Europeu e também da Ásia ou mesmo da Europa Ocidental, fizessem um “convite” semelhante ao império soviético. As ilusões soviéticas, contudo, logo foram desfeitas diante da resistência de seus aliados no Leste Europeu e dos atritos com a China comunista.

A terceira conclusão do pós-revisionismo sobre a Guerra Fria é uma decorrência da questão apresentada anteriormente. Ao analisar a singularidade do “império americano”, Gaddis questionou por qual razão o poder imperial dos Estados Unidos gerava muito menos atritos e problemas do que o império soviético. A resposta, segundo o autor, é que “muitas pessoas viam então a Guerra Fria como uma disputa entre o bem e o mal, mesmo que os historiadores raramente a tenham visto assim”



(GADDIS, 1997, p. 286). O exemplo mais claro dessa visão teria ocorrido, segundo Gaddis, na Alemanha do pós-Segunda Guerra. Stalin teria como objetivo imediato, após 1945, atrair os alemães do lado ocidental para a Alemanha Oriental por meio da suposta capacidade de atração do regime comunista e de seus benefícios. Na prática, todavia, um grande contingente de alemães teria migrado para as regiões sob ocupação ocidental tão logo tiveram a oportunidade, fugindo assim do poder do Exército Vermelho. A razão por trás desse comportamento seria justificada, segundo Gaddis, exatamente porque, a despeito da participação comunista na guerra contra o Nazismo, os alemães percebiam o poder soviético como o “mal”.

Gaddis trouxe ao debate alguns fatos que ilustram a truculência do império soviético para explicar a grande aversão ao poder de Moscou onde quer que a presença soviética pudesse ser sentida. Segundo o autor, entre 1945 e 1946, os soldados soviéticos teriam estuprado cerca de dois milhões de alemãs, com a condescendência do Kremlin, que não se esforçava para combater os crimes praticados pelo Exército Vermelho. Do lado ocidental, em contrapartida, “as regras da sociedade civil implícitas na política democrática fazia o tratamento humanitário dos inimigos derrotados parecer natural para os aliados ocidentais” (GADDIS, 1997, p. 287). Essa diferença explicaria, na visão de Gaddis, “porque o regime alemão ocidental foi capaz de se consolidar como um governo legítimo enquanto a sua contraparte na Alemanha Oriental nunca conseguiu” (GADDIS, 1997, p. 287).

A polarização, proposta por Gaddis, entre a “democracia norte-americana humanitária” e o “autoritarismo soviético simpático ao estupro” (ou, entre o bem e o mal) contraria as evidências históricas nos países onde o poder dos Estados Unidos era sentido. A truculência do poder soviético com a população dos países sob a influência de Moscou, em geral, e com os alemães, em especial, é notória e foi persistentemente enfatizada pela ortodoxia. Contudo, a truculência do poder norte-americano dentro e fora da Europa foi trazida ao debate pelos revisionistas, que analisaram não apenas a dimensão hegemônica e consensual do poder exercido pelos Estados Unidos, mas também o caráter coercitivo dos métodos empregados onde a política externa de Washington não era bem recebida. Nesse sentido, uma análise detida das políticas conduzidas pelas ditaduras sul-americanas apoiadas pela Casa Branca ou do tratamento dado aos japoneses ao final da Segunda Guerra dificilmente seria caracterizada como humanitária ou democrática.

Cabe ainda frisar que as diferentes políticas conduzidas pelos Estados Unidos e pela União Soviética na Europa – e a percepção social sobre elas – decorriam de prioridades distintas dos dois países. Enquanto os Estados Unidos intensificaram os seus investimentos no continente europeu após



1945, Moscou teve de realizar exatamente o oposto para bancar unilateralmente a sua reconstrução, desviando, assim, recursos dos países sob a sua influência (inclusive prisioneiros, que eram explorados em campos de trabalho forçado). Essa questão, de ordem prática, mas de consequências complexas, explica parcialmente o enorme aumento do antissovietismo nas regiões sob a influência e o controle do Kremlin.

A quarta conclusão extraída pela síntese pós-revisionista está também diretamente associada à natureza singular do poder imperial exercido pelos Estados Unidos na Guerra Fria. De acordo com Gaddis, uma razão central para o império americano resultar em menos atritos e despertar menor resistência do que o império soviético era o fato de que “a democracia se provou superior à autocracia na manutenção de coalizões” (GADDIS, 1997, p. 288).

Gaddis argumentou que o insucesso do idealismo wilsoniano após a Segunda Guerra Mundial – face ao inegável fracasso da Liga das Nações e de todos os demais acordos conduzidos pelos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial – tornava os princípios democráticos aparentemente inadequados à política externa. Assim, “se as democracias ocidentais desejam sobreviver no mundo do pós-guerra (...) então elas teriam que abandonar a ilusão de que poderiam conduzir a diplomacia da forma como lidavam com as questões domésticas” (GADDIS, 1997, p. 288). O sentimento que imperava, portanto, após 1945, era o de que “os idealistas teriam que dominar a cínica arte da *Realpolitik*” e “aprender sobre balanços de poder, operações encobertas, e o emprego permanente da força militar em tempos de paz” (GADDIS, 1997, p. 288, grifo do autor).

Gaddis destacou, contudo, que não obstante a descrença na eficácia dos princípios democráticos, os Estados Unidos nunca os teriam abandonado na condução de sua política externa durante a Guerra Fria. E o fizeram “menos por intenção do que por instinto: na dúvida sobre o que fazer, os americanos tendiam a se voltar para os seus hábitos democráticos e a encorajar os outros a adotá-los também” (GADDIS, 1997, p. 288). Ainda assim, não obstante a fidelidade à democracia, a política externa dos Estados Unidos empregou amplamente os princípios realistas, como bem teriam evidenciado, segundo Gaddis, as “democratizações (por meio da ocupação militar) da Alemanha e do Japão, a gestão da OTAN, e o encorajamento à integração europeia” (GADDIS, 1997, p. 288).

Na União Soviética, em contrapartida, a inobservância de qualquer princípio democrático na condução de seu império teria resultado no fracasso das coalizões políticas que atendiam apenas circunstancialmente aos interesses de todos os envolvidos. Teria sido assim na política de ocupação soviética da Alemanha Ocidental, que não obteve apoio popular, e também no Pacto de Varsóvia, no qual inexistia a percepção de interesses compartilhados.



A distinção pós-revisionista entre a natureza do “império americano” e do “império soviético” com base na polarização entre democracia e autoritarismo é uma característica igualmente marcante da interpretação ortodoxa. Para os autores da ortodoxia, o caráter autoritário e coercitivo do poder exercido por Moscou era precisamente o aspecto que inviabilizava qualquer possibilidade de relacionamento pacífico com os soviéticos, por mais que os Estados Unidos tivessem supostamente se esforçado para manter, no imediato pós-guerra, os acordos que vigoraram durante a grande aliança firmada para enfrentar a Alemanha Nazista. Mais uma vez, não se trata, certamente, de menosprezar o caráter amplamente coercitivo do poder soviético e os efeitos da subserviência imposta aos países na esfera de influência comunista, mas de reconhecer o caráter coercitivo e opressor da política externa conduzida pelos Estados Unidos, como bem observado nas pesquisas revisionistas.

Por fim, ao questionar quem foi o responsável pelo começo da Guerra Fria, Gaddis observou que “a 'nova' história está nos levando de volta a uma antiga resposta: enquanto Stalin estava governando a União Soviética, uma Guerra Fria era inevitável” (GADDIS, 1997, p. 292). Assim, Gaddis retomou, de forma muito clara, a tese ortodoxa de que a Guerra Fria foi inevitável e que a sua inevitabilidade decorreu da presença de Stalin à frente do Kremlin.

Gaddis concluiu que a verdadeira tragédia da história da Guerra Fria foi, portanto, que “embora o fascismo tenha sido derrotado na Segunda Guerra Mundial, o autoritarismo – que tinha sido nutrido e sustentado pelo Marxismo-Leninismo – não foi” (GADDIS, 1994, p. 150). Portanto, apesar de reconhecer a devastação material da União Soviética após a Segunda Guerra e as implicações dessa condição para as ambições de Moscou, o autor sustentou que a força de Stalin e a sua influência persistiram após a sua morte, em 1953, deixando um legado sombrio aos povos do Leste Europeu e aos demais países comunistas.

Gaddis encerrou a sua síntese pós-revisionista do debate historiográfico sobre a Guerra Fria com a conclusão de que a visão histórica sobre diferentes eventos reflete o tempo presente de quem a interpreta. Nesse sentido, os “historiadores da 'nova' Guerra Fria deveriam conservar a capacidade de se surpreenderem” (GADDIS, 1997, p. 294), em clara menção à própria concepção de uma síntese historiográfica derivada do acesso a novas fontes e evidências.

Conclusão

O artigo analisou as teses centrais da corrente historiográfica pós-revisionista, comparando a sua interpretação sobre a origem e os desdobramentos da Guerra Fria com as teses da ortodoxia e do



revisionismo. Sustentei que o pós-revisionismo é, em sua essência, expressão das teses ortodoxas, tendo assumido claramente uma postura antirrevisionista ao tentar, sem sucesso, dar por superada a interpretação revisionista sobre a Guerra Fria.

A primeira seção foi dedicada à corrente historiográfica ortodoxa, delineando a interpretação seminal de George F. Kennan sobre a origem e os desdobramentos da Guerra Fria, sintetizada na Doutrina de Contenção do Comunismo. Argumentei que a historiografia ortodoxa baseou-se, em grande medida, nas ideias de Kennan, afastando-se, entretanto, das recomendações originais do diplomata em termos da política externa belicista conduzida pelos EUA através da Doutrina Truman.

A segunda seção foi dedicada à análise da corrente pós-revisionista, a partir da contestação das teses que John Lewis Gaddis identificou como os pilares do revisionismo. Gaddis identificou, naquele conjunto de ideais, a base do pensamento revisionista e partiu de uma crítica a essa interpretação para construir a sua própria abordagem. Assim, propus que, já na origem da interpretação pós-revisionista sobre a Guerra Fria, há uma visão distorcida sobre o revisionismo, inclusive na definição, proposta por Gaddis, dos quatro pilares dessa corrente. Apresentei as críticas de Gaddis a cada uma das teses atribuídas por ele ao revisionismo, contestando os seus argumentos caso a caso. Sustentei, ao final da seção, que a crítica de Gaddis ao revisionismo, já em seus primórdios, era a expressão fiel de uma abordagem antirrevisionista.

A segunda seção contemplou também uma análise sobre a tese que identifiquei o pós-revisionismo como uma síntese do debate historiográfico pregresso, do qual se diz um herdeiro supostamente evoluído. Sustentei que as rupturas que Gaddis identificou no debate historiográfico são, na realidade, expressão da própria cisão entre o revisionismo e a ortodoxia (e, portanto, da cisão também com o pós-revisionismo, na medida em que ele retoma as teses ortodoxas).

Por fim, analisei a “síntese historiográfica” proposta por Gaddis após a dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria. Argumentei que a abertura dos arquivos soviéticos, na década de 1990, levou Gaddis a propor uma revisão de sua interpretação sobre a origem da Guerra Fria, que terminou por reafirmar, todavia, as antigas teses ortodoxas sobre a origem do conflito. Assim, defendi que na fase supostamente mais evoluída de sua “síntese historiográfica”, Gaddis retornou ao coração da interpretação ortodoxa: a responsabilização unilateral da União Soviética pelo início do conflito; a ênfase no papel de Stalin como idealizador de um conjunto de políticas autoritárias, opressoras e expansionistas, que colocavam em risco a segurança dos Estados Unidos e da Europa Ocidental; a primazia da ideologia “Marxista-Leninista” como norteadora por excelência da visão “neurótica” soviética sobre o mundo; a natureza primordialmente consensual e “a convite” do império americano,



em franco contraste com a natureza autoritária do império soviético; e, por fim, a reafirmação da tese tão cara aos ortodoxos de que os Estados Unidos assumiram, na Guerra Fria, o fardo de guardiões da democracia, da liberdade individual e do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLAUDÍN, Fernando. *The Communist Movement. From Comintern to Cominform (part one)*. New York: Monthly Review Press, 1970.
- CUMINGS, Bruce. *Revising postrevisionism, or the poverty of theory in diplomatic history*. In: HOGAN, Michael J. *America in the world. The historiography of U.S. foreign relations since 1941*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1996.
- FEIS, Herbert. *Churchill, Roosevelt, Stalin: the war they waged and the peace they sought*. Princeton Univ. Press: 1957.
- FEIS, Herbert. *From trust to terror: The onset of the Cold War, 1945-1950*. Nova York: W. W. Norton, 1970.
- GADDIS, John Lewis. *Russia, the Soviet Union and the United States: An Interpretive History*. McGraw-Hill: 1978.
- GADDIS, John Lewis. *The emerging post-revisionist synthesis on the origins of the Cold War*. In: *Diplomatic History*, vol. 7, issue 3, p. 171-190, July 1983.
- GADDIS, John Lewis. *Strategies of containment. A critical appraisal of American national security policy during the Cold War*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1982.
- GADDIS, John Lewis. *The United States and the end of the Cold War: implications, reconsiderations, provocations*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- GADDIS, John Lewis. *The United States and the origins of the Cold War*. New York: Columbia University Press, 1972.
- GADDIS, John Lewis. *We Now Know: Rethinking Cold War History*. New York: Oxford University Press, 1997.
- GALLUP. *The Gallup Poll. Public opinion, 1935-1971*. 3 vol. New York: Gallup Press, 1972.
- KENNAN, George Frost. *The Long Telegram*. In: Harry S. Truman Library & Museum, February 22, 1946. Acesso: 12/07/2021. Disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/>
- KENNAN, George Frost. *The Sources of Soviet Conduct*. In: *Foreign Affairs*, July 1st., 1947.
- KUNIHOLM, Bruce. *The origins of the Cold War in the Near East: great power conflict and diplomacy in Iran, Turkey and Greece*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1994.
- LaFEBER, Walter. *America, Russia and the Cold War, 1945-1992*. New York: McGraw Hill, 1993, 7ª ed..
- LEFFLER, Melvyn P. *A preponderance of power: national security, the Truman administration and the Cold War*. California: Stanford Univ. Press, 1993.
- LUNDESTAD, Geir. *America, Scandinavia and the Cold War, 1945-1949*. New York: Columbia, Univ. Press, 1980.
- LUNDESTAD, Geir. *Empire by invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952*. In: *Journal of Peace Research*, nº 23, Sept., 1986.
- LUNDESTAD, Geir. *The American non-policy towards Eastern Europe, 1943-1947*. Oslo/New York: Norwegian Univ. Press, 1975.



XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA
ECONÔMICA & 15ª CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS
VARGINHA, 15 A 17 DE NOVEMBRO DE 2021



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

McNEILL, William Hardy. *America, Britain and Russia: their co-operation and conflict 1941-1946*. New York: Oxford University Press/Johnson Reprint Corporation, 1970.

MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: um debate interpretativo*. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

SCHLESINGER, Arthur, Jr. *Origins of the Cold War*. In: *Foreign Affairs*, October 1967.

STEPHANSON, Anders. *The United States*. In: REYNOLDS, David. *The origins of the Cold War in Europe: an international perspective*, 1994.

WILLIAMS, William Appleman. *The Tragedy of American Diplomacy*. New York: Norton, 1988 (reedição da primeira versão, publicada em 1959).